



# LESOTHO



National Overview  
by MISA-Lesotho

## Introduction

Talk of a media policy in Lesotho reached fever-pitch ahead of the 2012 general elections and for a short time after the poll. Ever since, the country seems to have moved farther away from adopting the proposed media policy.

The Receipt and Access to Information Bill has been gathering dust in parliament shelves since 2000; the Lesotho Communications Act (2012) is being implemented partially and there are still 14 pieces of legislation that threaten media freedom, pluralism and diversity.

And, despite having held its first ever democratic elections in 1993 and witnessing the growth of private print and broadcast media, the mountain kingdom of Lesotho still has no express guarantees for media freedom and freedom of expression.

As it has been noted in previous editions of this report, media in Lesotho operate in a very hostile legal environment. Therefore, this current country report looks into importance of adoption of the draft media policy, passage of Receipt and Access to Information Bill of 2000 and speedy implementation of the Lesotho Communications Act (2012). It also argues that the lack of political will in Lesotho is what stands in the way of media reform in Lesotho.

## Why adopt the draft media policy?

The current draft media policy, developed in October 2010, is a hybrid of two draft policies (the first drafted in

1997 and the second in 2000) that fairly represents both the government and citizens aspirations with regard to the development of media in Lesotho. The draft media policy has the following three main important areas that are agreed to by concerned parties:

- Review of current laws that are not favorable to media development
- Development of code of conduct and obligations for the media practitioners
- Establishment of co-regulatory and Self regulatory mechanisms for electronic and print media respectively.

## Legal reforms

Despite Lesotho being a signatory to ICCPR and ACHPR, the following 13 pieces of legislation remain functional and are not favorable to media freedom and freedom of expression.

1. Obscene Publication proclamation No. 9 of 1912
2. Sedition Proclamation No 44 of 1938
3. Printing and Publications Act, 1967
4. Official Secrets Act, 1967
5. High Court Act, 1978
6. Criminal Procedure and Evidence Act, 1981
7. Internal Security Act (General) Act, 1984
8. Emergency Powers Order 1988
9. National Assembly Elections Order 1992
10. Constitution of Lesotho 1993 (Article 14 (2))
11. The Parliamentary Powers and Privileges Act, 1994

12. Police Service Act 1998
13. Financial Institutions Act, 1999

Not making it into the list of laws above is the Lesotho Communication Act of 2000, as it was repealed and then replaced by the Lesotho Communications Act of 2012. This law among other important issues, advocates for establishment of Broadcasting Dispute Resolution Panel whose main functions would be;

- Prepare a broadcasting code of content
- Review and seek to resolve all disputes regarding broadcast content
- Refer all unresolved disputes to the Authority [Lesotho Communications Authority], with recommendations.

The establishment of the panel is paramount given the fact that radio stations in Lesotho have proven to be powerful in agenda setting and influencing people's decisions and perceptions. Radio stations in Lesotho are mostly run under severely low professional skill and poor management. Programmes moderation and content are very poor, thereby risking violation of most the laws listed above. In the absence of the envisaged panel, the only disputes resolution mechanism that is currently operational are the courts of law, whose costs may not be affordable to most radio stations – and indeed other media houses – in Lesotho.

In this regard the Lesotho Chapter of the Media Institute of Southern Africa (MISA-Lesotho) has embarked on an intensive policy advocacy project whose main objective is to influence the pas-

sage of Receipt and Access to Information Bill, 2000 and the adoption of the long-standing draft media policy.

## Media Freedom

There were relatively low reports of media freedom violations in the year under review. However, the threat of legal sanction that continuously hangs over journalists is psychologically menacing. Most of the recorded violations occurred towards and during the National Assembly Elections in May, 2012.

While low reports in media freedom violations may viewed as encouraging, MISA-Lesotho is worried by the number of journalists who are choosing to keep quiet about the violations they suffer, especially journalists from State-owned media. This fear will, without doubt, make it difficult for the Chapter to offer practical support to journalists who come under fire.

## Conclusion

Despite an unfriendly legal environment, media in Lesotho still make commendable efforts in executing their duties. The risks for doing this, however, are very high as any one of the laws cited above can be used to clamp down on journalists or media houses that may be seen to have stepped out of line. This situation, inevitably, makes advocacy for an access to information law a key priority in advancing development and sustaining democracy in Lesotho.

# PORTUGUESE VERSION

## Introdução

As negociações de uma política mediática receberam muita atenção antes das eleições gerais de 2012 e por um curto período de tempo após a votação. Desde então, o país parece ter-se afastado da adopção da proposta de uma política mediática.

O ante-projecto da Lei de Aquisição e Acesso à Informação está engavetado desde 2000, a Lei Lesotiana das comunicações (2012) está sendo parcialmente implementada e há ainda 14 dispostos que ameaçam a liberdade de imprensa, pluralismo e diversidade.

E, apesar de ter realizado as suas primeiras eleições democráticas em 1993, e estar passando por uma fase de crescimento dos média impressos e de transmissão, o majestoso reino de Lesoto ainda não tem garantias explícitas para a liberdade de imprensa e liberdade de expressão.

Como já foi observado em edições anteriores do presente relatório, no Lesoto os órgãos de informação operam num ambiente jurídico muito hostil. Portanto, a presente edição aborda a importância da aprovação do projeto de política mediática, a aprovação do ante-projecto da Lei de Aquisição e Acesso à Informação de 2000 e a rápida implementação da Lei Lesotiana das comunicações (2012). A mesma argumenta que a falta

de vontade política no Lesoto está dificultando a reforma mediática no Lesoto.

## Por que aprovar a proposta de política mediática?

A actual proposta de política mediática, elaborada em Outubro de 2010, é um híbrido de duas propostas de política (o primeiro proposto em 1997 e o segundo em 2000) que representa muito bem as aspirações dos cidadãos e do governo e no que diz respeito ao desenvolvimento dos meios de comunicação no Lesoto. A proposta de política mediática tem três áreas principais acordadas pelas partes interessadas:

- Revisão das leis actuais que não são favoráveis ao desenvolvimento mediático
- Elaboração do código de conduta e obrigações para os profissionais mediáticos
- Criação de mecanismos de co- e auto-regulamentação para os média impressos e eletrônicos, respectivamente.

## Reformas Legais

Apesar de Lesoto ser signatário de PIDCP e ACHPR, os seguintes 13 dispostos legais continuam em vigor e não são favoráveis à liberdade de imprensa e liberdade de expressão.

1. Proclamação de Publicações Obscenas No. 9 de 1912
2. Proclamação da Sedição n ° 44 de 1938
3. Lei de Impressão e Publicações de 1967



4. Lei dos Segredos Oficiais de 1967
5. Lei do Tribunal Supremo de 1978
6. Lei do Processo Penal e Evidência, 1981
7. Lei (Geral) da Segurança Interna de 1984
8. Dispostos de Estado Emergência 1988
9. Dispostos de Eleições da Assembleia Nacional de 1992
10. Constituição de Lesoto de 1993 (artigo 14 (2))
11. Lei dos Poderes e Privilégios Parlamentares, 1994
12. Lei dos Serviços Policiais de 1998
13. Lei das Instituições Financeiras de 1999
- 14.

A Lei Lesotiana das Comunicações de 2000 não consta da lista de leis acima, que foi revogada e depois substituída pela Lei das Comunicações Lesoto de 2012. Essa lei, entre outras questões importantes, defende a criação de um Concelho de Resolução de Disputas do Sector da Transmissão cujas principais funções seriam:

- Elaborar um código de conteúdos
- Rever e procurar resolver todas as disputas sobre conteúdos difundidos
- Dirigir todas as disputas não resolvi-

das à Autoridade [Autoridade das Comunicações de Lesoto], com recomendações.

A criação do conselho é de importantíssima, dado o facto de que as estações de rádio em Lesoto provaram ser poderosas na definição da agenda e em influenciar as decisões e percepções das pessoas. As estações de rádio em Lesoto são dirigidas com qualificação profissional muito baixa e má gestão. A moderação de programas e conteúdos é muito inadequada, arriscando, assim, a violação da maioria das leis acima referidas. Na ausência do concelho previsto, o único mecanismo de resolução de disputas que está actualmente operacional são os tribunais, cujos custos podem não ser acessíveis à maioria das estações de rádio - e, portanto, aos outros órgãos de comunicação social - em Lesoto.

Neste contexto, o Capítulo do Instituto de Comunicação Social da África Austral para o Lesoto (MISA-Lesoto) iniciou um intenso projeto de defesa de políticas, cujo principal objetivo é influenciar a aprovação da Lei da Aquisição e Acesso à Informação de 2000 e a adopção de proposta de política mediática que está pendente há muito está engavetada.



## **Liberdade de Imprensa**

Houve relativamente baixos relatos de violações da liberdade mediática no ano em análise. No entanto, a ameaça de sanção legal que paira constantemente sobre os jornalistas é psicologicamente esmagadora. A maioria das infrações registradas ocorreu na véspera e durante as eleições Legislativas em Maio de 2012.

Embora o baixo índice de relatórios de violações da liberdade de imprensa pode ser vista como encorajador, o MISA-Lesoto está preocupado com o número de jornalistas que optam por manter o silêncio sobre as violações de que são vítimas, especialmente jornalistas de meios de comunicação estatais. Este medo irá, sem dúvida, dificultar a prestação de apoio prático para os jornalistas que tenham problemas.

## **Conclusão**

Apesar de um ambiente jurídico hostil, Os órgãos de informação do Lesoto fazem esforços louváveis na execução de suas funções. No entanto, os riscos de fazê-lo, são muito elevados uma vez que qualquer uma das leis supracitadas pode ser usada para reprimir jornalistas ou agências de notícias achados insub-

ordinados. Esta situação torna, inevitavelmente, a defesa de uma lei de acesso à informação numa prioridade fundamental na promoção do desenvolvimento e sustentação da democracia no Lesoto.

**Alert****Date: April 10, 2012****Person/ institution: Lesotho National Broadcasting Service****Violation/ issue: Expelled**

A crew from the Lesotho National Broadcasting Service (LNBS) was, on Monday 9 April 2012, barred from covering the opposition party All Basotho Convention's (ABC) rally in Qacha's Nek, nearly 150km from the capital, Maseru. LNBS senior television producer 'Mapitso Ts'iu told the Lesotho Chapter of the Media Institute of Southern Africa (MISA-Lesotho) that the crew was setting up their equipment in readiness to cover the rally when – in her own words – “the ABC leader told our crew to leave the rally because we are allegedly selectively about which of the ABC rallies we cover.”

However, MISA-Lesotho is also concerned about the manner in which the ABC conducted itself during the Qacha's Nek rally. Media freedom is one of the cornerstones of the same democracy that political parties like the ABC preach about in their manifestos.

**Communiqué****Date: June 4, 2012****Person/ Institution: Commonwealth Observer Group****Violation/ issue: Other**

Former Malawi president and leader of the Commonwealth Observer Group in the just-ended Lesotho Parliamentary elections, Dr. Bakili Muluzi has commended the Lesotho Chapter of the Media Institute of Southern Africa (MISA-Lesotho) for the positive role it played

during the elections. Addressing journalists and observers in Maseru on Tuesday 29 May, 2012, Muluzi praised MISA-Lesotho for working hard in ensuring that that responsible reporting of the election governed the media conduct. We commend the role played by the Media Institute of Southern Africa, Lesotho Chapter for organizing training workshops for journalists on how to responsibly cover the elections, he said.

**Alert****Date: July 20, 2012****Person/ institution: Public media****Violation/ issue: Censored****Minister threatens opposition blackout**

On July 19 2012 Lesotho's Minister of Public Works, Keketso Rantšo who is also Secretary General of the ruling Lesotho Congress for Democracy (LCD), has threatened to ban public media from covering the opposition Lesotho Democratic Congress (DC), according to a report in the Lesotho Times newspaper. Rantšo is reported to have announced in a press conference in Maseru that “the government had made a decision to bar public media from providing coverage to the DC unless former Prime Minister Pakalitha Mosisili refrains from delivering speeches that incite violence.” The Media Institution of Southern Africa (MISA) Lesotho Chapter is concerned that Minister Rantšo's immediate response to the issue is to threaten the media, as opposed to challenging the source, Mr. Mosisili, directly on this important matter. Too often the media is used as a scapegoat to settle political scores.

## **Communiqué**

**Date: August 12, 2012**

**Person/ institution: Media**

**Violation/ issue: Legislation**

Media stakeholders met on August 9-10 in Lesotho to review the Lesotho draft Media Policy for the presentation in cabinet within the first 100 days of the new Lesotho coalition government led by Prime Minister Tom Thabane. Prime Minister Thabane and his deputy in the coalition, Mothejoa Metsing promised MISA Lesotho at a Press Club just before elections that the media policy would have been passed within the first 100 days of their taking of oath of office after the May 26 elections.